CPRH Agência Estadual de Meio Ambiente

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Quando você acessa o site www.cprh.pe.gov.br, você nos fornece alguns dados pessoais com o objetivo de viabilizar a sua operação. A Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH preza pela segurança dos seus dados, pelo respeito à sua privacidade e pela transparência com você e, por isso, dedicamos este documento para explicar como os seus dados pessoais serão tratados pela Agência CPRH e quais são as medidas que aplicamos para mantê-los seguros.

Este documento foi criado por nós, considerando as seguintes normas:

- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Dispõe sobre a proteção de dados pessoais;
- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014: Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal;
- Lei Estadual nº 14.804, de 29 de outubro de 2012: Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- Decreto Estadual nº 38.787, de 30 de outubro de 2012: Regulamenta a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- Decreto Estadual n° 49.265, de 6 de agosto de 2020: Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual;
- Decreto Estadual nº 49.914, de 10 de dezembro de 2020: Institui a Política Estadual de Segurança da Informação – PESI, no âmbito da administração pública estadual.

A CPRH é uma instituição pública, criada pela Lei Complementar nº 049, de 31 de janeiro de 2003, responsável pela execução da Política Estadual de Meio

Ambiente e visa promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente no Estado de Pernambuco, sendo detentora de poder de polícia administrativa, atuando por meio da gestão dos recursos ambientais e sobre os empreendimentos e as atividades utilizadoras dos recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ou modificação ambiental.

Trata-se de uma entidade autárquica especial estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, patrimonial e receita próprios, com sede na Rua Oliveira Góes, 395 - Poço da Panela, Recife – PE, CEP 52061-340 e com atuação em todo o território estadual.

Para facilitar a compreensão desta política, todas as vezes que encontrar os termos Agência CPRH, “nós” ou “nossos”, estamos nos referindo ao controlador dos seus dados pessoais, visto que a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) estabelece que esta Agência CPRH é a responsável por definir o que acontece com estes dados e protegê-los.

Do mesmo modo, todas as vezes que ler “usuário”, “você”, “seu” ou “sua”, nos referimos a você, nosso usuário do site/aplicativo.

Além disso, é importante deixar claro alguns conceitos para garantir seus direitos:

- **DADO PESSOAL:** informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- **DADO PESSOAL SENSÍVEL:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- **DADO ANONIMIZADO:** dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- **BANCO DE DADOS:** conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- **TITULAR:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- **CONTROLADOR:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- **OPERADOR:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- **ENCARREGADO:** pessoa indicada pelo controlador e operador corporativo

para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

- **AGENTES DE TRATAMENTO:** o controlador e o operador;
- **TRATAMENTO:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- **AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - ANPD**: órgão da administração pública federal integrante da Presidência da República e, a despeito de ser órgão, os membros de seu Conselho, embora designados pelo Presidente da República, têm mandato e somente o perderão em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pena de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar, o que reforça a autonomia técnica da autoridade;
- ***COOKIES***: *cookie* é um pequeno arquivo adicionado ao dispositivo do usuário para fornecer uma experiência personalizada de acesso à plataforma. Os *cookies* ajudam a analisar o tráfego de internet e nos permite saber quando o usuário visitou um site específico. Um *cookie* não dá acesso a um computador ou revela informações além dos dados que o usuário escolhe compartilhar conosco.

QUAIS DADOS SÃO COLETADOS PELA AGÊNCIA CPRH

Durante sua experiência em nosso serviço digital, podemos coletar diferentes tipos de dados pessoais, de forma automática com o objetivo de conferência, monitoramento e controle, ou fornecidas diretamente por você como, por exemplo, para a realização de seu cadastro. Veja abaixo quais dados pessoais nós podemos coletar e em cada situação:

Durante o cadastro: Nome completo; Cadastro de Pessoa Física - CPF; Endereço de e-mail; Número de contato telefônico.

Durante a navegação na plataforma: Endereço de IP; Informações sobre o dispositivo utilizado para a navegação; Contagem de visualizações, dados de Global Positioning System - GPS; dados de Global System for Mobile Communications – GSM.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato para solicitações e esclarecimentos relativos ao tratamento dos dados pessoais através dos nossos canais da Ouvidoria da CPRH ou no sítio www.cprh.pe.gov.br.

COMO NÓS UTILIZAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS

Nós utilizamos os dados pessoais para garantir um atendimento de qualidade e uma melhor experiência na utilização da solução.

As atividades de tratamento de dados pessoais realizadas pela CPRH devem respeitar os princípios previstos da LGPD, tais como: boa-fé; finalidade legítima, específica e explícita; adequação; livre acesso; qualidade; transparência; segurança e prevenção; e não discriminação.

A CPRH, por meio de suas diversas áreas, processos e sistemas, pode coletar e tratar dados pessoais para finalidades específicas e com a devida transparência ao titular.

A CPRH poderá realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com o expresso e inequívoco consentimento do usuário ou, ainda, de acordo com as bases legais previstas no Art. 7º e no Art. 11 da LGPD, tais como:

I) para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;

II) pela administração pública, para a execução de políticas públicas, incluindo o tratamento e uso compartilhado de dados;

III) para a realização de estudos por órgão de pesquisa, via anonimização dos dados pessoais, sempre que possível;

IV) quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular;

V) para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

VI) para a proteção da vida ou da segurança física do titular ou de terceiro;

VII) para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

VIII) quando necessário para atender ao legítimo interesse do controlador ou de terceiro;

IX) para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente; e

X) atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências ou cumprir as atribuições legais do serviço judicial.

Os dados pessoais são tratados com base em legítimos interesses para garantir a prestação de serviços que lhes beneficiem, executar análises internas, bem como para o apoio, realização e promoção das nossas atividades.

A finalidade do tratamento deve ser indicada e pautada em fundamentações claras e legítimas, a partir de situações concretas, somente se coletando os dados estritamente necessários para esse objetivo.

COM QUEM NÓS PODEMOS COMPARTILHAR OS DADOS PESSOAIS

Para a execução das atividades acima listadas, sempre que necessário, nós poderemos compartilhar os seus dados pessoais com instituições de controle, desde que com previsão legal de atribuição, com prestadores de serviço ou parceiros. Apresentamos a seguir um resumo destas possibilidades:

I. **AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS:** nós devemos fornecer dados pessoais em atendimento à ordem judicial, solicitações de autoridades administrativas com prerrogativas legais de acesso, obrigação legal ou regulatória, bem como para agir de forma colaborativa com autoridades governamentais.

   Cumpre destacar que todos os dados pessoais serão compartilhados com autoridades administrativas dentro dos limites da Lei e, caso seja permitido e não restrinja a atuação dessas no cumprimento de sua obrigação funcional, será solicitada a manutenção do sigilo dos referidos dados através de um Termo de Sigilo.

A transparência dos compartilhamentos será proporcionada nos termos da Lei de Acesso à Informação Estadual – Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012 e do Decreto nº 49.265, de 6 de agosto de 2020.

ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

Nós armazenamos seus dados de forma segura em nossos *data centers* e adotamos as melhores técnicas para proteger os dados pessoais coletados de acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Em especial, respeitamos a Política Estadual de Segurança da Informação (Decreto Estadual nº 49.914/20) com a incorporação da segurança da informação e de seus preceitos à nossa rotina, procedendo a capacitação das nossas equipes nos aspectos de segurança da informação e promovendo a ampla publicidade das normas internas produzidas www.cprh.pe.gov.br, salvo quando o sigilo seja necessário.

Ressaltamos, contudo, que nenhuma plataforma é completamente segura. Se você tiver qualquer preocupação ou suspeita de que os seus dados estejam em risco, por favor, entre em contato conosco por meio dos nossos canais de atendimento da Ouvidoria que ficaremos felizes em te auxiliar prontamente.

Seus dados pessoais serão mantidos durante todo o período que for usuário ativo dos serviços fornecidos pela Agência CPRH.

Os seus dados pessoais poderão ser retidos, respeitando-se os prazos estabelecidos na legislação aplicável.

Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/2018, nós comunicaremos você e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) quando da ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco aos seus dados pessoais.

COOKIES E TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO

Podemos utilizar a tecnologia *cookies* de monitoramento para coletar as informações das atividades realizadas na nossa plataforma de forma automatizada. As informações coletadas por meio dessa tecnologia são utilizadas para realizar métricas de performance do aplicativo, identificar problemas no uso, captar o seu comportamento de forma geral e coletar dados de impressão de conteúdos.

SEUS DIREITOS COMO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

A transparência sobre o tratamento dos seus dados pessoais é prioridade para a Agência CPRH. Além das informações disponibilizadas nesta Política de Privacidade, você pode também exercer os direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados, entre eles:

- Confirmação da existência de tratamento de dados pessoais.
- Acesso aos dados pessoais.
- Revogação do consentimento, caso seja possível a eliminação do dado. **(CASO EXISTA)**
- Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados.
- Oposição ou restrição ao tratamento dos dados pessoais quando realizado em desacordo com os requisitos da LGPD.

- Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento ou desnecessários, excessivos ou quando entender que algum ponto da LGPD não foi atendido, caso seja possível.

- Informação sobre as hipóteses e com quais parceiros e outras instituições podemos compartilhar, ou receber dados pessoais referentes a você. **(CASO EXISTA)**

- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável. **(CASO EXISTA)**

- Apresentação de reclamação perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Todas as solicitações serão apresentadas de forma gratuita, e serão submetidas a uma prévia avaliação da sua identidade e da viabilidade do atendimento nos canais de comunicação da Ouvidoria, a fim de cumprir com eventuais obrigações que impeçam o completo atendimento das requisições dos titulares de direito.

ALTERAÇÕES DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Estamos constantemente buscando aprimorar a experiência dos nossos usuários do serviço público. Assim, nossas práticas de tratamento de dados pessoais poderão sofrer alterações com a inclusão de novas funcionalidades e serviços.

Toda vez que alguma condição relevante desta Política de Privacidade for alterada, essas alterações serão válidas, eficazes e vinculantes após a nova versão ser publicada em nosso site. Estas alterações serão comunicadas por meio de um dos canais disponibilizados por você durante o seu cadastro.

FALE CONOSCO

Sempre que você tiver alguma dúvida sobre esta Política de Privacidade, mesmo após sua leitura, ou precisar interagir conosco sobre assuntos envolvendo os seus dados pessoais, poderá fazê-lo por meio dos nossos canais de atendimento disponíveis no www.ouvidoria.pe.gov.br, solicitando esclarecimentos sobre a privacidade dos seus dados pessoais.

Vale lembrar também que, com a instituição da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais (Decreto Estadual nº 49.265/20), os seus direitos serão objeto de monitoramento e fiscalização por parte da Secretaria da Controladoria-Geral do Estado (SCGE). Caso você ache que há algum abuso ou está insatisfeito com a

forma que conduzimos nossa Política, o canal Módulo Cidadão (http://200.238.112.13:8080/ModuloCidadao/atendimento_edit.xhtml) está pronto para receber qualquer Reclamação ou Denúncia.

Ademais, você poderá contactar também o Encarregado da Agência CPRH:

Nome: Rodrigo Vinícius da Silva

Telefone: (81) 3182 - 8829

E-mail: rodrigo.vinicius@cprh.pe.gov.br

Esperamos que o Acesso a Dados Pessoais atenda às suas necessidades e que respeite todas as exigências legais de proteção de dados. A Agência CPRH busca garantir os direitos previstos na LGPD e aplica as melhores práticas de segurança da informação.

Versão: 13 de abril de 2024 da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH

LGPD Pernambuco